

# Os mapas do Roteiro Turístico e Económico de Portugal (ROTEP) e a promoção municipal em representações cartográficas do Estado Novo

Luís Paulo Saldanha | Mário Gonçalves Fernandes

*Apresentado no VIII SLBCH, Porto, Baião e Chaves, 2019 \**

## RESUMO

No âmbito do Roteiro Turístico e Económico de Portugal, entre 1945 e 1977, foram produzidas 194 publicações, 136 das quais referentes a representações de concelhos de Portugal Continental. A editora visava concretizar uma ampla cobertura do território nacional, tendo como principais objetivos, como está explicitado na designação, a promoção turística e a informação económica sobre os municípios representados. Assumiu, igualmente, uma muito evidente dimensão cultural, identificável nos elementos simbólicos presentes nos documentos produzidos, tanto associáveis ao património material como imaterial concelhio.

Conhecimento científico, política e cultura cruzam-se na organização dos roteiros ROTEP. Com o patrocínio de Amorim Girão que enquadra a produção dos roteiros, fica evidente a moldura científica, enquanto a tutela política se manifesta através do apoio, em alguns dos números, do Ministério da Educação Nacional e do Secretariado Nacional da Informação e Turismo. Já a dimensão cultural surge com a valorização de elementos tradicionais, exaltados em tantas das dimensões incluídas nas representações, constituindo marcas identitárias destas publicações, inequivocamente identificáveis na organização da maioria dos documentos consultados.

Assim, os documentos produzidos pelo ROTEP, a grande maioria com a organização do fotógrafo Camacho Pereira, contribuíram para ampliar o conhecimento dos municípios e das regiões, acompanhar as transformações que ocorreram pelos anos quarenta do século XX e vincar os elementos de diferenciação territorial, permitindo simultaneamente aprofundar o debate sobre as temáticas do turismo e da cartografia, vigentes durante o Estado Novo, tendo como primeiro argumento um dos motes da publicação: “Com a ROTEP o Turista sabe o que tem a ver no local que visita...”.

## ABSTRACT

Within the scope of the Touristic and Economic Roadmap of Portugal, between 1945 and 1977, 194 publications were produced, 136 of which refer to representa-

tions of municipalities in Mainland Portugal. The publisher aimed to achieve a wide coverage of the national territory, having as main objectives, as explained in the name, tourist promotion and economic information about the municipalities represented. It also assumed a very evident cultural dimension, identifiable in the symbolic elements present in the documents produced, both associated with the material and immaterial heritage of the municipality. Scientific knowledge, politics and culture intersect in the organization of ROTEP scripts. With the sponsorship of Amorim Girão that frames the production of the scripts, the scientific framework is evident, while the political tutelage is manifested through the support, in some of the numbers, of the Ministry of National Education and the National Secretariat for Information and Tourism. The cultural dimension, on the other hand, comes with the valorization of traditional elements, exalted in so many of the dimensions included in the representations, constituting identity marks of these publications, unequivocally identifiable in the organization of most of the consulted documents. Thus, the documents produced by ROTEP, the vast majority with the organization of photographer Camacho Pereira, contributed to expand the knowledge of municipalities and regions, to accompany the transformations that occurred in the forties of the 20th century and to emphasize the elements of territorial differentiation, allowing simultaneously deepen the debate on the themes of tourism and cartography, in force during the Estado Novo, having as a first argument one of the motives of the publication: “With ROTEP the Tourist knows what has to do in the place he visits...”.

## OS MAPAS DO ROTEIRO TURÍSTICO E ECONÓMICO DE PORTUGAL

Tendo como referência o acervo da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), consultado através do “Catálogo Geral”, disponível “online”, foram identificadas 194 referências, 172 respeitantes a 136 concelhos e as restantes a mapas de diferentes escalas com dominância “regional”<sup>1</sup>.

Precisamente, num destes mapas, o roteiro do “Entre Douro e Minho” de março de 1959, pode ler-se que a “publicação [seria] constituída por 273 mapas” produzidos a um ritmo de três mapas por mês, permitindo completar a cobertura proposta, há época a totalidade dos municípios de Portugal Continental, em menos de oito anos.

Apesar da ambição expressa em 1959, o trabalho desenvolvido, com registo na BNP, saldou-se por cerca de metade da proposta inicial, não tendo sido identificados outros roteiros municipais em consultas realizadas em diferentes bibliotecas. Na Biblioteca Municipal do Porto, igualmente inte-

---

<sup>1</sup> <http://catalogo.bnportugal.gov.pt/> (consulta efectuada em 2 de outubro de 2019).

grante da rede de bibliotecas com “depósito legal”, foi encontrada uma lista de cerca de cinquenta roteiros que decalcam os existentes na BNP. Acresce, a título de curiosidade, ter sido possível identificar na Universidade de Toronto, entre outras bibliotecas que reúnem alguns exemplares, uma “caixa 19” que surge associada a cerca de cem mapas turísticos do ROTEP ainda que não acrescentem novos municípios aos que constam da lista da Biblioteca Nacional de Portugal.

O âmbito e a escala locais dos roteiros publicados refletem a organização administrativa saída da revisão do Código Administrativo de 1936<sup>2</sup>, que recupera a escala da “província”, ainda que corra a par de um conjunto muito variado de iniciativas à escala regional. Talvez por isso, podem ser encontrados documentos com uma representação supra concelhia ou regional, a exemplo do Algarve, Entre Douro e Minho, já referido, Mapa dos arredores de Lisboa ou Viseu e Serra da Estrela, produzidos a escalas compreendidas entre 1:100.000 e 1:200.000. O processo de consolidação do Estado Novo baseado na renovação das principais instituições públicas e da respetiva imagem, acelerado depois da aprovação da Constituição de 1933, integrou iniciativas organizadas pelos municípios, a exemplo dos roteiros analisados, como de expressão regional em grande parte idealizadas e implementadas pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), criado também em 1933.

A organização promovida pelo novo Código Administrativo reforçou o peso do concelho na estrutura administrativa do Estado Novo, não diluiu a importância dos distritos e recuperou a escala e cultura da “província”. De facto, o debate sobre a organização do país, prolongando o discurso académico de dominante regionalista assente em perspetivas científico-académicas defendidas por geógrafos como Aristides de Amorim Girão, da Universidade de Coimbra, não foi erradicado com a publicação do código administrativo. Esta matriz regional condicionou inclusivamente algumas das criações do SPN de âmbito cartográfico como as incluídas na revista *Panorama* e que mais tarde serviram de inspiração por exemplo a alguns dos mapas publicados no “Portugal País de Turismo” de finais dos anos cinquenta do século passado. Ou seja, neste período conviviam duas linhas de política, uma de pendor mais municipalista e outra de cariz mais regional, onde avultava a organização do país em províncias, recorrentemente utilizada para a assunção identitária e, como não, para a propaganda de Portugal.

Neste sentido, o patrocínio de Amorim Girão validando a pertinência e reconhecendo a utilidade dos roteiros, introduz uma dimensão de credibilidade à iniciativa que parece sair reforçada com a chancela do “Ilustre Autor da ‘Geografia de Portugal’ e Diretor da Faculdade de Letras de Coimbra”.

---

<sup>2</sup> Ministério do Interior (1936). Decreto-Lei 27424 [Aprova o Código Administrativo]. I Série nº 306. Dre. 31 Dez 1936.

Num texto em que enaltece a observação direta e indireta, Amorim Girão refere-se a um “*filósofo antigo*” que advertia para as vantagens do conhecimento direto – «*vale mais a coisa conhecida por si que pela imagem dela*» [ainda que] “*com frequência a representação gráfica de um objecto [possa] entrar melhor no nosso espírito do que a sua realidade nos entra pelos olhos. A imagem das coisas, quando bem escolhida e bem traduzida, torna-se deste modo um poderoso auxiliar da visão directa, reduzindo por assim dizer a multiplicidade à unidade, fazendo avultar nas suas linhas gerais os factos dominantes da superfície terrestre*”<sup>3</sup>.

Finalmente, os roteiros criados e publicados pelo ROTEP assentam predominantemente na escala 1:50.000 (Amorim Girão refere que “*todos os mapas concelhios se baseiam sobre a Carta de Portugal na escala de 1:50 000*”), ou seja, entre as referências bibliográficas dos mapas disponíveis na BNP é possível verificar que mais de um terço foram efetivamente produzidos a esta escala, ainda que, no total, mais de noventa tenha sido produzido entre as escalas 1:40.000 e 1:75.000. Justifica-se lembrar que a produção da Carta Militar à escala 1:25.000 realizada pelos Serviços Cartográficos do Exército (Decreto nº 21904 de 24 novembro 1932), terá ajudado a ampliar a base de conhecimento do território português, aprofundando e completando a informação disponível, servindo de base à Carta Itinerária de Portugal e permitindo a elaboração, por generalização, de escalas inferiores e 1:25.000, mas superiores a 1:50.000.

## DEPOIS DO "MAPPA EXCURSIONISTA DE PORTUGAL" DE 1907

Estudar a evolução do turismo através de documentos de apoio à viagem, como guias, roteiros ou cartas itinerárias permite colocar em evidência, de modo muito simplista, o crescimento ou decréscimo da atividade turística, como permite sopesar a visão exterior de autores/viajantes e de turistas/escritores em contraponto com a aceitação do turismo entre as populações residentes nos lugares de turismo.

Assim, parece existir uma relação direta entre o aumento do número de turistas e a produção de documentação, significando inversamente períodos de maior instabilidade com fraca produção de documentos, tendo como referência os catálogos das bibliotecas consultadas, a exemplo da Biblioteca Nacional de Portugal, que denunciam o número de entradas de viajantes e de turistas.

Depois de uma fase de significativo entusiasmo registado na segunda

---

<sup>3</sup> Aristides de Amorim Girão in *Entre Douro e Minho* [Material cartográfico] / organização de Camacho Pereira. Lisboa: ROTEP - Roteiro Turístico e Económico de Portugal, 1959.

metade do século XIX, com um notável aumento do número e tipo de documentos disponíveis para utentes mais ou menos letrados, a segunda década do século XX caracterizou-se por um abrandamento ou mesmo queda na edição de guias ou roteiros. As razões são conhecidas tanto em termos nacionais como internacionais e desde logo avulta o período da 1ª Grande Guerra com consequências dramáticas em todos os domínios e também no inevitável declínio do número de guias de viagem editados. Internamente verificaram-se acontecimentos que oscilaram entre o entusiasmo de um novo regime e o sofrimento da guerra ou da doença, gerando grande instabilidade, desde o regicídio, à implantação da República, à participação na Grande Guerra, à epidemia de “pneumónica”, à agitação política que desembocou no movimento da Ditadura Nacional e depois à instauração do Estado Novo.

A instabilidade que marcou este período da vida nacional teve evidentes consequências na diminuição drástica de guias de viagem e mapas turísticos como é possível verificar comparando o número e tipo de publicações existentes na Biblioteca Nacional ou em motores de pesquisa na rede global a exemplo do Google Books.

Tão pouco descola deste quadro a publicação de mapas do Automóvel Clube de Portugal que depois de divulgar o primeiro mapa em 1913 só em 1929 publicou a segunda edição. Depois desta data e como reflexo das alterações na rede viária e do notável crescimento dos veículos automóveis, aumentaram a frequência e a regularidade na publicação do mapa de estradas.

O crescimento do turismo no início do século XX decorreu a par de um processo de tomada de consciência da pátria e dos seus valores, bem como do aumento de rigor nos documentos cartográficos de suporte e “propaganda” à atividade turística. Este aumento de rigor decorreu a par da revolução técnica, a exemplo dos transportes, do aumento da velocidade nas deslocações, no encurtar do país, da europa e do mundo. O aumento da precisão nas representações, a sofisticação técnica que foi sucessivamente introduzida em tantas dimensões, entre elas a cartografia, constituiu uma das mais marcantes facetas do último quartel do século XIX e dos primeiros anos de arranque do século XX.

O debate criativo, no entanto, desde finais da primeira década e, em Portugal, ao longo da segunda década, introduziu elementos de discussão que começaram por abalar a lógica positiva, racional e desenvolvimentista que tinha impulsionado o debate na transição do século XIX para o XX. A crise instala-se mesmo quando possam ser exaltados “maquinismos em fúria!” pelo apego cosmopolita ao progresso e ao avanço tecnológico de quem canta em verso o conflito com tantos que restam “Inatingíveis por todos os progressos / Fauna maravilhosa do fundo do mar da vida!”<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Álvaro de Campos (1914). “Ode Triunfal”. In “Orpheu”. Revista Trimestral de Literatura, nº 1. TYPOGRAPHIA DO COMMERCIO, Lisboa, 1915. A edição foi da responsabilidade de António Ferro.

## O BOOM DO TURISMO E A REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA

A consolidação do Estado Novo, para além da aprovação e referendo da Constituição de 1933, passou pelos atos de propaganda impulsionados pelo SPN, criado também em 1933, e por um conjunto de iniciativas internas e externas visando a promoção do regime. Tendo a “política do espírito” como quadro de referência ideológica, publicitando articuladamente o país no estrangeiro, incluindo a participação em feiras, exposições ou conferências, lançando internamente as comemorações dos “centenários”, o concurso “a Aldeia mais Portuguesa de Portugal” ou apoiando as artes, entre tantas iniciativas, os anos trinta do século XX permitiram firmar as bases do regime que duraria mais quatro décadas.

As medidas implementadas, ao visarem dar a conhecer Portugal interna e externamente, tinham associada a intenção de captação de visitantes nacionais e estrangeiros para um “país de turismo” ainda em processo de afirmação. Complementarmente, as políticas prosseguidas face à guerra civil em Espanha ou aos movimentos nacionalistas europeus e a tensão internacional crescente, terão sido insuficientes para incentivar um crescimento nas entradas de viajantes. Em 1932 foram 91.073 os passageiros desembarcados nos “portos do Continente e Ilhas”, 56.242 em 1935 e 40.727 em 1940.

Na informação consultada, de qualquer modo, surge uma enorme novidade ao ser incluído no Capítulo X - “Comunicações” do Anuário Estatístico de Portugal, um quadro com o número “18” referente ao “Serviço de turismo em 1932”. Este quadro incluiu uma coluna referente ao “total de excursionistas por vapor” – com o registo de 40.364 “excursionistas”, 53.003 em 1933 e 57.771 em 1934. A designação “Turismo” passa a figurar em 1935, contendo igualmente dados de 1934, referindo-se ao “número de excursionistas”, com um total de 53.315, enquanto o valor sobe em 1936 para 60.481, ano a partir do qual os valores entraram em declínio, tendo atingido, em 1939, os 16.181 de excursionistas entrados em Portugal. De qualquer forma, de modo redutor, o título do quadro dezasseis, no qual surge “Serviço de turismo”, refere-se ao “número de navios entrados no porto de Lisboa por nacionalidades e número de excursionistas”, deixando perceber a importância reconhecida à capital como porta de entrada de excursionistas.

A navegação aérea, que dava os primeiros passos, surge referida em 1929 e 1930, com 79 e 200 “pessoas transportadas”, respetivamente, e depois, em 1935, com um total de 113 passageiros registados, refletindo o movimento da linha Lisboa-Tanger e acrescentando uma nova dimensão aos movimentos de visitantes.

O reconhecimento, através das estatísticas dos anos trinta, do aumento da dimensão dos contingentes de passageiros, turistas e excursionistas, estrangeiros e portugueses, desembarcados nos portos ou aeroportos e, a partir de 1939, dos que se movimentaram “pelas fronteiras do Continente” –

Os mapas do Roteiro Turístico e Económico de Portugal (ROTEP) e a promoção municipal em representações cartográficas do Estado Novo

aéreas, terrestres e marítimas – parece refletir a tendência geral de normalização das viagens. As estatísticas nacionais, para além de traduzirem, com a inclusão de quadros específicos, o crescimento da importância do fenómeno turístico decorrente dos esforços do Estado, seguramente sob a organização do SPN, para divulgar a imagem do país, também evidenciam a dificuldade inicial da “Direcção Geral de Estatística” em estabilizar a informação em torno de conceitos relevantes.

Neste contexto de consolidação do “Estado Novo”, com a propaganda do regime e o crescimento do número de visitantes, nacionais e estrangeiros, a edição e publicação de documentação de suporte à viagem passou a ter maior significado, nomeadamente com publicações icónicas como o Guia de Portugal (1924)<sup>5</sup>.

Quadro 1. Dados sobre passageiros, excursionistas e “turismo” incluídos no Anuário Estatístico de Portugal (1929-1940).

Anos / referencias estatísticas	Movimento de passageiros, por portos do Continente e Ilhas ... N.º de passageiros desembarcados	18. Serviço de turismo em 1932 ... Total excursionistas por vapor	16. Serviço de turismo. Número de navios entrados no porto de Lisboa por nacionalidades e número de excursionistas	28. Excursionistas conduzidos pelos navios entrados no porto de Lisboa	27. Turismo. N.º de excursionistas conduzidos pelos navios entrados, em 1935, no porto de Lisboa	VII - Serviços Aéreos Portugueses ... Número de pessoas transportadas ... Total	IV. Navegação aérea 33. Movimento na linha Lisboa-Tanger	33. Movimento de estrangeiros e portugueses pelas fronteiras do Continente - Total	Via aérea	Fronteira terrestre	Fronteira marítima
1929	63159					79					
1930	68945					200					
1931	62706										
1932	91073	40364									
1933	86942		53003								
1934	57983		57771		57771						
1935	56242			53315	53315		113				
1936	61515			60481			193				
1937	62887			33901			239				
1938	65537			35905			355	59955	2017	21865	36073
1939	56694			16181			438	68967	2170	27180	29114
1940	40727						1008	64623	6264	38874	19485

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Anuário Estatístico de Portugal.

<sup>5</sup> Esta obra foi antecedida, em 1923, pelo “Guia de Évora e seus arredores: espécimen do Guia de Portugal” – “colaborado pelos mais distintos escritores e dirigido” por Raúl Proença que, com “alguns homens de valor... cerca de 1921, constituíram o chamado grupo da Biblioteca”. Santanna Dionísio (1985). “Prefácio” [1965], in Guia de Portugal, 2ª ed., vol. IV, Tomo I, Entre-Douro e Minho. I. Douro Litoral. Fundação Calouste Gulbenkian.

## ROTEIROS E DIVULGAÇÃO MUNICIPAL

A produção da ROTEPE, de acordo com a informação recolhida no Catálogo Geral da Biblioteca Nacional, decorreu entre 1945 e 1977, como foi referido. Depois de uma fase inicial de crescimento irregular e lento, entre os anos de 1951 e 1964, foi registado o período de maior produção de roteiros, situando-se em valores anuais iguais ou superiores a oito roteiros, o que aconteceu em nove dos catorze anos do intervalo, correspondendo o ano de 1953 ao de maior produção, com treze roteiros. Depois de 1970 os valores decresceram, com dois ou três roteiros publicados por ano, até 1977, último ano para o qual foram encontradas referências.

Em 1959 foi publicado um “Mapa turístico”, a uma escala próxima dos 1:200.000 do Entre Douro e Minho<sup>6</sup>, que justifica uma referência particular na medida em que inclui um texto de Amorim Girão (integralmente transcrito, em anexo, pelo interesse que encerra) com alusões à organização da coleção e à leitura que o geógrafo faz dos conteúdos simbólicos constantes dos roteiros, bem como das analogias que poderiam ser estabelecidas com produções equivalentes em França ou na Alemanha.

«Tanto quanto posso avaliar pelo exame de alguns mapas da coleção que me foram mostrados, a iniciativa de *Rotep* tem em vista conjugar o efeito das cartas corográficas (todos os mapas concelhios se baseiam sobre a Carta de Portugal na escala de 1:50 000) com a resenha descritiva das guias turísticas, dicionários e enciclopédias geográficas ou históricas, num sistema de ilustração que faz lembrar o de H. MANN para a Alemanha ou o de J. Pinchon em *Les Provinces de France Illustrées*. Pela selecção das cores, dos sinais simbólicos e dos desenhos feitos sobre fotografias, procura apresentar-se a imagem de cada região tanto quanto possível aproximada da realidade. E só devemos lamentar que as naturais dificuldades da execução e da apresentação ao público de uma obra tão vasta, e a necessidade de nela recorrer simultaneamente a diversos artistas, não permitam que se dêem os mapas na mesma escala e se adopte sempre o mesmo estilo de representação.»

A. de Amorim Girão (Anexo 1)

O texto de Amorim Girão parece indiciar múltiplas preocupações entre o quadro científico, as técnicas utilizadas ou a coerência da obra face à

---

<sup>6</sup>Entre os primeiros trabalhos de recolha de informação de base para a elaboração deste texto que suportaram inclusivamente a apresentação oral e esta segunda versão para publicação nas atas do colóquio, surgiu com a autoria de Luís Miguel Moreira um texto sobre a publicação da ROTEPE de 1959 intitulado “Cartografia, turismo e propaganda: o mapa ROTEPE do Entre Douro e Minho, 1959” nos Cadernos de Geografia nº 40 – 2019, Coimbra, FLUC - pp. 101-117.

## Os mapas do Roteiro Turístico e Económico de Portugal (ROTEP) e a promoção municipal em representações cartográficas do Estado Novo

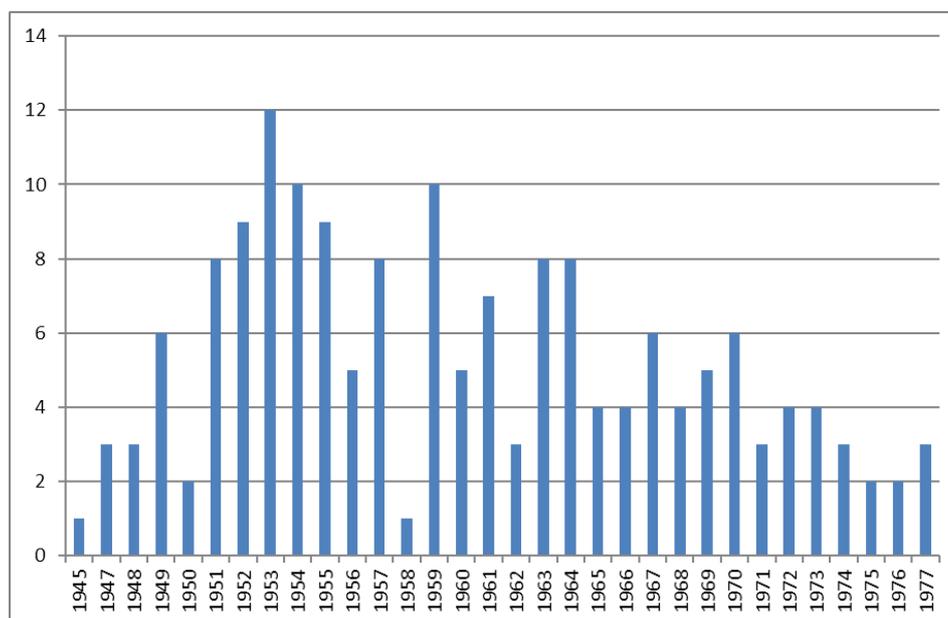


Figura 1. Produção anual de roteiros municipais da ROTEP (1945-1977).

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, Catálogo Geral.

diversidade de autores envolvidos. Destaca-se, de qualquer forma, no esforço de enquadramento dos roteiros para além do debate do binómio observação-visão acima referida, a preocupação em tentar integrar a coleção na produção científica da época, remetendo para H. MANN autor de um “sistema de ilustração ... para a Alemanha” ou para J. Pinchon (Joseph Porphyre Pinchon, 1871- 1953, ilustrador) autor de “Les Provinces de France Illustrées”. O facto desta obra ser organizada para a juventude, sendo de divulgação e merecendo, eventualmente, menor reconhecimento científico, pode traduzir, por parte do Mestre de Coimbra, algumas dúvidas não explicitadas em relação ao valor e significado da coleção que “apadrinha”.

De qualquer forma, Amorim Girão reconhece a importância dos roteiros permitindo que «sob os nossos olhos [possam] desfilarem a qualquer hora todos os concelhos do País na sua especial configuração geográfica e na diversidade das suas condições naturais e humanas, relevo do solo, revestimento vegetal, vias de comunicação, monumentos mais importantes, particularidades turísticas e etnográficas, além de vários outros motivos de interesse local».

### APONTAMENTOS SOBRE UMA CARTOGRAFIA CRIATIVA

Entre as temáticas rurais, da produção industrial, da tradição cultural, do património monumental e arquitetónico ou dos transportes, entre o com-

boio moderno que percorre a planície de Cortegaça em Ovar ou os novos aeroportos, os roteiros turísticos e económicos de Portugal reúnem uma vasta panóplia de elementos com significado municipal, que neste texto são identificados apenas nas grandes linhas.

Os roteiros integram um conjunto de “indicações gerais sobre o concelho”, uma breve resenha histórica, que varia de acordo com o autor, plantas das localidades e mais frequentemente da sede de concelho, uma carta de enquadramento, legenda ou “convenções”, brasão do concelho, legenda e a carta do município. A fotografia está amplamente presente nos roteiros da ROTEP e muitas delas constituem excelentes documentos de leitura da paisagem.

A organização da coleção de roteiros foi da responsabilidade do fotógrafo Camacho Pereira, permitindo, talvez por isso, como sublinha Amorim Girão, que muitos dos elementos representados correspondam a «desenhos feitos sobre fotografias» conferindo rigor e proximidade entre as representações e a realidade municipal reproduzida e a ampla profusão de fotografia nos documentos publicados.

Os símbolos pictóricos utilizados nos guias da ROTEP, evocam documentos como o “Portugal Etnográfico” ou o seu gémeo “Imagens de Portugal – Regional Scenes” publicados em obras de Amorim Girão e que denotam a existência de um contexto técnico e artístico na área das artes gráficas que se vinha desenvolvendo desde a Primeira República, permitindo o aparecimento de contributos inovadores, nomeadamente no âmbito dos manuais escolares, como, entre outros o *Compêndio de geografia elementar para o ensino oficial*, de Mário de Vasconcelos e Sá, que publicou e reeditou mais de uma dezena de manuais escolares de Geografia, entre 1921 e 1943, “apresentando uma profusão de imagens até aí nunca vista, atingindo a ordem das centenas: inúmeras fotos (...), gráficos de figuras, geométricas e pictóricas, proporcionais e de sectores; mapas gerais e mapas temáticos” (FERNANDES, 2008, pp. 9-10). No caso concreto dos ROTEP as imagens pictóricas exprimem-se entre a matriz rural, a modernidade industrial, as referências culturais e o património arquitetónico e monumental. A matriz rural surge abundantemente ilustrada nos roteiros municipais consultados e em dois exemplos entre muitos, nos de Felgueiras e de Castelo Branco, é possível identificar: “Vinho Verde, Trigo, milho, centeio, feijão, Perdizes, Cabras, Gado Ovino, Galinhas, Vacas, Batatas” e “Coelhos, ovelhas, gado caprino, gado ovino, gado bovino, porcos, perdizes, Sobreiro, cortiça, Azinheiras, Mel, Lagar de azeite, Olivais, Trigo, centeio, laranjas”. Já a indústria aponta outros tantos elementos a saber: “Hidro-electrica, Pentes, Fôrmas de Calçado, Calçado, Industria de decoração e iluminação de romarias, Bordados, Fabrico manual de bordados (Lixa), Serração, Sedas e algodão, Ferramentas, Móvel de madeira, Móveis cirúrgicos” e “Lacticínios. farinha para gado, Te-lha, destilação, lanifícios, cardagem” (figuras 3 e 4).

As referencias culturais são igualmente muito diversas e encontram-se entre o fabrico artesanal de bordados ou artefactos para as atividades agrícolas, mas abrangem igualmente os locais de festas e romarias, a doçaria regional e a gastronomia, santuários e representações de tocadores de música popular. Na dimensão do património arquitetónico e monumental em Felgueiras são identificáveis entre outros: os Cruzeiros de S. Adrião, de Pombeiro e o de Barrosas, a Ponte Romana sobre o Rio Ferro, o Dolmen e dois Crastos. Está também representado o Portal da Casa de “Simães” (Simães) e a Casa de Sergude do arquiteto Marques da Silva, de 1923.

## PISTAS PARA FUTUROS TRABALHOS

Com os roteiros turísticos e económicos de Portugal o país revela-se como uma colorida “cascata” sanjoanina repleta de figuras do quotidiano popular, esporadicamente sobre um quotidiano erudito de arquitetura monumental, militar ou religiosa.

Estátuas, batalhas, o Padrão da Memória no Mindelo (pelo “desembarque das tropas liberais 6/7/1832”) em Matosinhos, povoam os roteiros municipais publicados pelos ROTEP. Mas, essencialmente, a base económica municipal, as tradições e o património cultural constroem um retrato muito impressionante dos territórios representados.

Os roteiros constituem excelentes exemplares da imagem iconográfica que o Estado Novo criou a partir dos anos trinta e da intervenção das suas instituições, tanto do poder central como local, caldeado com o discurso académico regionalista impulsionado por geógrafos possibilistas.

Os passos seguintes passarão, naturalmente, pelo aprofundamento da busca de possíveis ligações entre os autores dos desenhos utilizados nos ROTEP e os de outros grafismos plasmados nos documentos gráficos coevos, envolvendo, nomeadamente, quer a propaganda institucional do Estado Novo, as ilustrações dos manuais escolares de Geografia ou as obras de divulgação com raiz científica coordenadas por Amorim Girão, nomeadamente, a partir dos anos trinta, o “Esbôço duma Carta Regional de Portugal” (1ª edição de 1930 e 2ª edição de 1933), as “Divisões Regionais de Portugal” (1941) e a “Geografia de Portugal” (1941, 2ª edição 1951), sublinhando-se, como referência de partida, o mapa “Imagens de Portugal – Regional Scenes”, publicado por Amorim Girão, o qual teve, certamente, grande influência no design e nas imagens de propaganda e de divulgação turística coeva.

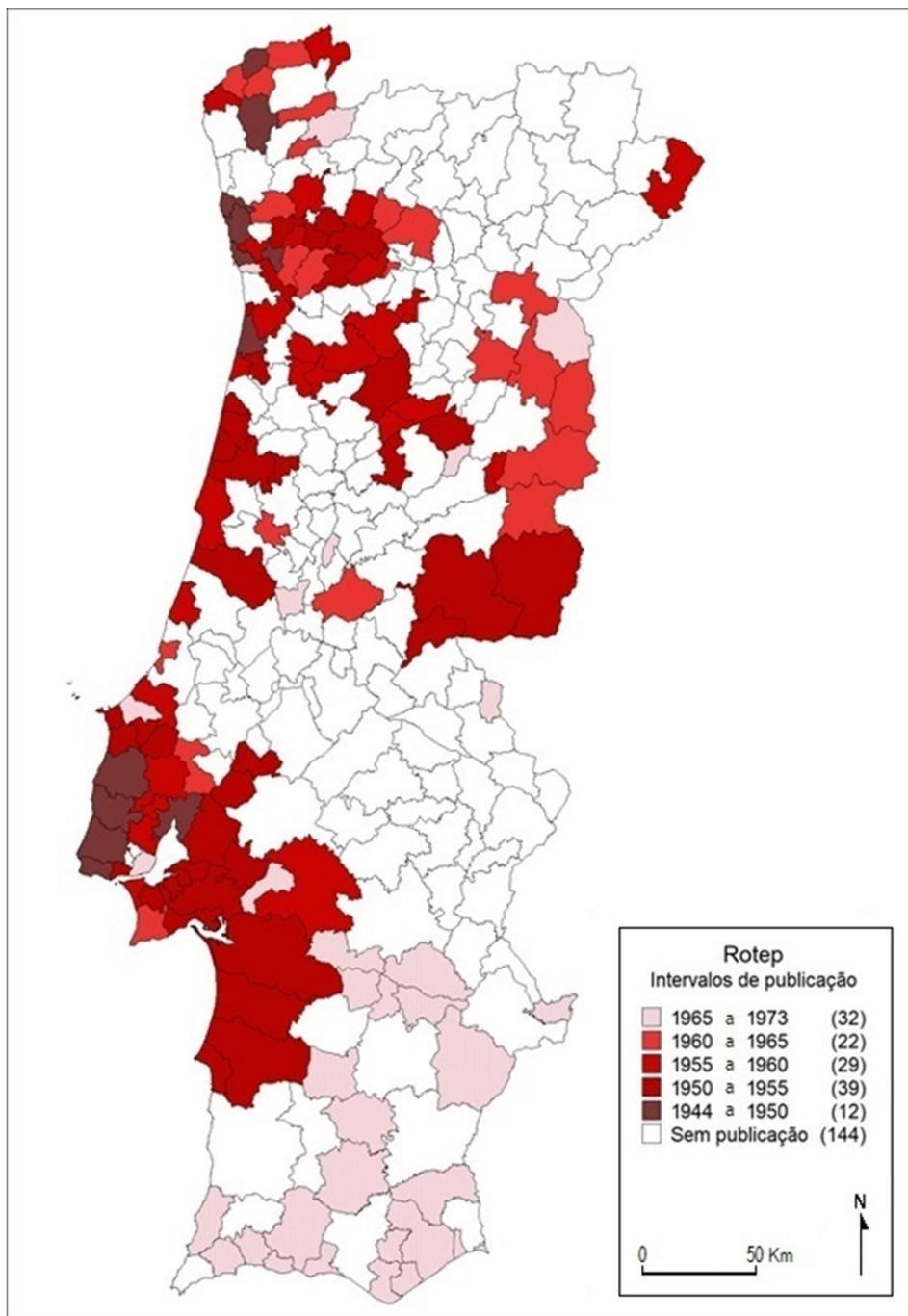


Figura 2. Fases de produção de ROTEP - Roteiros turísticos e económicos de Portugal (1945-1977).

Os mapas do Roteiro Turístico e Económico de Portugal (ROTEP) e a promoção municipal em representações cartográficas do Estado Novo

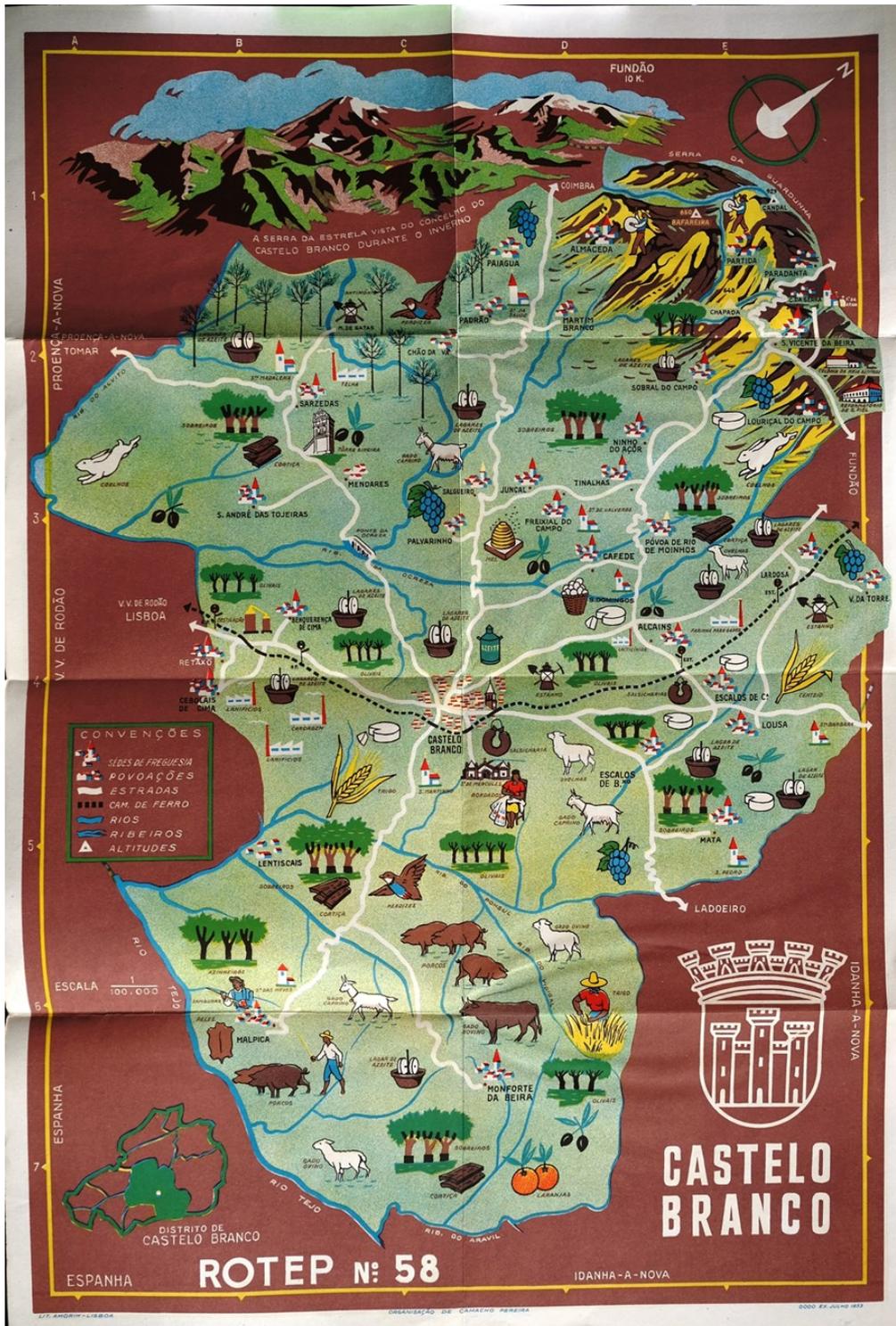


Figura 3. Imagem extraída do ROTEP nº 58 (Castelo Branco).



Figura 4. Imagem extraída do ROTEP nº 175 (Felgueiras).

Anexo 1 - "Apresentação" do Roteiro Turístico e Económico de Portugal por Amorim Girão (1959).

## APRESENTAÇÃO

Pelo Ilustre Autor da "Geografia de Portugal" e Director da Faculdade de Letras de Coimbra

Ex.<sup>m.º</sup> Sr. Prof. Dr. Amorim Girão

Por três formas podemos tomar conhecimento de um país: 1) pela *observação directa* das diversas regiões que o constituem; 2) pela *imagem* delas, tal como em conjunto a encontramos mais ou menos deformada nas cartas geográficas, ou parceladamente mas fielmente reproduzida nos álbuns de fotografias e nos quadros dos pintores e desenhadores; 3) pela *descrição literária* de quem, tendo percorrido essas regiões, melhor soube ver e sentir as suas paisagens físicas e humanas, e delas nos deu uma interpretação exacta e sugestiva.

Nos dois primeiros casos, as noções entram directa ou indirectamente pelos olhos do corpo. No último, entram mais pelos olhos da alma: *par coeur*, como aqui estaríamos tentado a dizer, se à expressão francesa não correspondesse um sentido específico bem diferente.

Muitos homens de ciência, dominados pela primacial importância da análise *in loco* das coisas, e convencidos, como o falecido Prof. MICHOTTE de Lovaina, de que *on ne voit bien qu'avec ses pieds*, hão-de dizer talvez que só a observação directa pode considerar-se fonte limpa do conhecimento geográfico. E nós julgamos conveniente deixar bem expresso que cada um desses meios de informação tem o seu lugar próprio, e por tal forma que nenhum deles poderá em verdade dispensar a incontestável vantagem dos outros.

É preciso distinguir, como pretende HETTNER, entre a visão que se tem directamente pelos sentidos exteriores — visão animada, multiforme, e por tal motivo dispersiva — e a *visão mental*, que se obtém pela coordenação no espírito de conceitos elaborados através de imagens que se viram ou de leituras que se fizeram — visão sintética, comparativa e relacional, sem dúvida mais simples e mais esquemática, mas, precisamente por isso, mais clara, mais precisa, até mesmo às vezes mais penetrante. E assim se compreende que certos autores nos tenham dado admiráveis interpretações geográficas de países longínquos que nunca visitaram; e que os seus trabalhos não tenham melhorado em interesse e rigor científico, quando sobre eles voltaram a escrever depois de os visitarem.

Embora o filósofo antigo muito judiciosamente advertisse que «vale mais a coisa conhecida por si que pela imagem dela», com frequência a representação gráfica de um objecto pode entrar melhor no nosso espírito do que a sua realidade nos entra pelos olhos. A imagem das coisas, quando bem escolhida e bem traduzida, torna-se deste modo um poderoso auxiliar da visão directa, reduzindo por assim dizer a multiplicidade à unidade, fazendo avultar nas suas linhas gerais os factos dominantes da superfície terrestre.

Tanto quanto posso avaliar pelo exame de alguns mapas da colecção que me foram mostrados, a iniciativa de *Rotep* tem em vista conjugar o efeito das cartas corográficas (todos os mapas concelhos se baseiam sobre a *Carta de Portugal* na escala de 1:50 000) com a resenha descritiva das guias turísticas, dicionários e enciclopédias geográficas ou históricas, num sistema de ilustração que faz lembrar o de H. MANN para a Alemanha ou o de J. PINCHON em *Les Provinces de France Illustrées*. Pela selecção das cores, dos sinais simbólicos e dos desenhos feitos sobre fotografias, procura apresentar-se a imagem de cada região tanto quanto possível aproximada da realidade. E só devemos lamentar que as naturais dificuldades da execução e da apresentação ao público de uma obra tão vasta, e a necessidade de nela recorrer simultaneamente a diversos artistas, não permitam que se dêem os mapas na mesma escala e se adopte sempre o mesmo estilo de representação.

Não obstante isso, uma vez completa a colecção, sob os nossos olhos poderão desfilar a qualquer hora todos os concelhos do País na sua especial configuração geográfica e na diversidade das suas condições naturais e humanas, relevo do solo, revestimento vegetal, vias de comunicação, monumentos mais importantes, particularidades turísticas e etnográficas, além de vários outros motivos de interesse local. E ficamos esperando que a análise assim efectuada dentro das quatro paredes de um gabinete de trabalho, e sem os inevitáveis incómodos da deslocação, há-de despertar em muitos o propósito de a algumas regiões portuguesas fazerem a sua visita, e dará mesmo ao turista desejoso de ver bem e depressa a preparação necessária para ela.

Será preciso dizer mais em abono das vantagens desta iniciativa, e em justificação dos votos que fazemos neste lugar por que a sua realização venha a ser coroada do melhor êxito? Coimbra, Abril de 1947.

A. de Amorim Girão.

EDIÇÃO PATROCINADA PELOS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL e  
SECRETARIADO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, CULTURA POPULAR E TURISMO

APRESENTADA pelo Ilustre Professor DR. AMORIM GIRÃO

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMPOS, Alvaro de (1914). “Ode Triunfal”. in “Orpheu”. Revista Trimestral de Literatura, nº1. Typographia do Commercio, Lisboa, 1915.
- DIONÍSIO, Santanna (1985). “Prefácio” [1965], in Guia de Portugal, 2ª ed., vol. IV, Tomo I, Entre-Douro e Minho. I. Douro Litoral. Fundação Calouste Gulbenkian.
- FERNANDES, Mário G.. *Manuais Escolares de Geografia: 1830-2008*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id01id1178&sum=sim>), 2008.
- GIRÃO, Aristides de Amorim (1941, 2ª edição 1958), *Atlas de Portugal*. Coimbra: Gráfica de Coimbra (texto) e Lito-Coimbra (mapas). Publicação comemorativa do duplo centenário.
- GIRÃO, Aristides de Amorim (1941, 2ª edição 1951), *Geografia de Portugal*. Porto: Portucalense Editora.
- GIRÃO, Aristides de Amorim (1959) “Apresentação”, in Entre Douro e Minho [Material cartográfico] / organização de Camacho Pereira. Lisboa: ROTEP - Roteiro Turístico e Económico de Portugal, 1959.
- MOREIRA, Luís Miguel (2019). “Cartografia, turismo e propaganda: o mapa ROTEP do Entre Douro e Minho, 1959” nos Cadernos de Geografia nº 40 – 2019, Coimbra, FLUC - pp. 101-117.
- PINCHON, Joseph Porphyre (1929). Les Provinces de France Illustrées. Paris. Ed. Blondel la Rougery, 2ª edição. <https://www.davidrumsey.com/>
- ROTEP (1953). Castelo Branco. Organização de Camacho Pereira. Cruz Quebrada. ROTEP - Roteiro Turístico e Económico de Portugal, N° 58.
- ROTEP (1953). Concelho de Felgueiras. Organizado por Camacho Pereira; [texto de] M. Antonio Fernandes; fotos Camacho. Cruz Quebrada. ROTEP - Roteiro Turístico e Económico de Portugal, N° 175.

## FONTES:

- <http://catalogo.bnportugal.gov.pt/> (consulta efetuada em 2 de outubro de 2019)
- Instituto Nacional de Estatística (1929 ... 1940), Anuário Estatístico de Portugal. <http://www.ine.pt>

---

\* MARTINS, Luís Paulo; FERNANDES, Mário Gonçalves (2020), “Os mapas do Roteiro Turístico e Económico de Portugal (ROTEP) e a promoção municipal em representações cartográficas do Estado Novo”, *Atas do VIII Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, Porto, pp. 253-266, ISBN: 978-989-8969-57-6 (<https://slbcartografia.wixsite.com/edicao2019/livro-de-atas>).